

#TAG REPORT



Marcos Corrêa/PR

Helena Chagas

Lydia Medeiros

À deriva

Uma análise da conjuntura

Brasília, 30/8/2020 - nº80

Uma semana depois de a equipe econômica batizar com o pretensioso nome de Big Bang — a grande explosão cósmica que teria originado o universo — o megapacote de medidas para o pós-pandemia, boa parte das expectativas reformistas do establishment e a própria credibilidade do governo foram sugadas por um buraco negro. Os temores

relacionados à possibilidade de demissão imediata de Paulo Guedes, depois de ter suas propostas para criar o programa Renda Brasil rejeitadas publicamente por Jair Bolsonaro, foram atenuados nas últimas horas. Mas o fracasso da semana passada deixou entre agentes políticos e econômicos, e até no público em geral, a sensação de que o governo é incapaz não só de botar de pé um programa social que caiba no Orçamento, mas principalmente de que lhe falta a competência mínima para organizar e estruturar um projeto de retomada da economia e recuperação do país.

Sinal maior dessa desorganização é o projeto da lei orçamentária de 2021, que chega ao Congresso nesta segunda-feira, último dia do prazo, em formato absolutamente fictício. Pelas últimas informações, o texto do PLOA do ano que vem não prevê nem os quase R\$ 60 bilhões necessários ao Renda Brasil — que sequer teve sua criação proposta formalmente — nem as mudanças em programas como o abono salarial, o Farmácia Popular e o Seguro Defeso. Elas foram recusadas pelo presidente da República na semana passada, mas nada foi colocado em seu lugar para financiar o novo programa. Também não constam dessa versão do Orçamento os remanejamentos de verbas que a equipe de Guedes anunciou que faria a partir da hipotética aprovação, pelo Congresso, da desvinculação e da desindexação de receitas orçamentárias. Os R\$ 120 bilhões que o governo repete que arrecadaria com a criação do imposto sobre pagamentos — aquele descendente direto da CPMF — também passam longe do projeto.

Na realidade paralela em que parece estar vivendo, o governo acredita que tudo isso — e mais alguma coisa que consigam inventar até lá — será incluído na Lei Orçamentária de 2021 pelo Congresso em sua tramitação, até o fim do ano. Uma aposta duvidosa. Se o próprio Executivo não consegue se entender em torno do programa que vai substituir o Bolsa Família — que estará na PLOA do jeito que sempre foi — e se Bolsonaro e Guedes discordam quanto ao valor dos pagamentos e à origem dos recursos para bancá-lo, que tipo de magia levará o Legislativo a um consenso para aprovar mudanças tão complicadas e impopulares? Ainda

mais quando as “maldades” podem abrir caminho para a campanha de reeleição do presidente, que, ao fim e ao cabo, pode ser seu principal beneficiário.

O risco, maior na visão de mundo de Guedes do que na de Bolsonaro, é que nos próximos meses, enquanto o Orçamento tramita, o Congresso encontre soluções heterodoxas para furar o teto de gastos, retirando desse limite, por exemplo, programas sociais como o Renda Brasil. Mas isso é coisa para mais para frente, e só ocorrerá num contexto em que a digital no saco e bondades seja cedida a deputados e senadores — ou ao menos dividida com eles.

Agora que as coisas se complicaram, Bolsonaro e Guedes estão convidando dirigentes do Congresso e líderes para reunião, nesta terça, quando pretendem apresentar o programa, em clara tentativa de dividir o ônus. Mas tudo indica que, por ora, o Legislativo não sairá em socorro do governo para resolver seu dilema. “O Bolsonaro que se acerte com o Guedes para viabilizar o Renda Brasil. Quando eles tiverem uma proposta pronta, que chamem a gente para conversar. Quem tem que apresentar uma solução é o Executivo”, diz com todas as letras o líder de um partido do Centrão.

É OU NÃO É PEDALADA?

Paulo Guedes disse que levou “um carrinho” de Jair Bolsonaro, que publicamente o desautorizou a propor uma revisão de gastos em programas sociais para compor o Renda Brasil. Sem plano para contemplar o desejo presidencial de criar um benefício de R\$ 300 mantendo o teto de gastos, o governo investe no malabarismo orçamentário. Vai ser difícil fugir da contabilidade criativa para conseguir os R\$ 30 bilhões necessários para por o programa em marcha — sem garantia de sucesso e de olho no TCU.

A equipe de Guedes estuda, por exemplo, transferir para a Caixa recursos não utilizados do Bolsa Família, cerca de R\$ 20 bilhões, para que o banco use o dinheiro no pagamento do abono salarial de 2021. Assim, manteria o programa, como determinou o presidente. O dinheiro sobrou porque para cobrir a despesa vêm sendo usados créditos extraordinários permitidos pelo “orçamento de guerra” criado para o período de emergência sanitária. O ministro Rogério Marinho queria fazer um desvio de rota semelhante, mas destinando os recursos para obras. A ideia foi afastada porque são rubricas orçamentárias diferentes, o que não é permitido pelas regras fiscais.

Outra medida analisada trata do auxílio-doença, um gasto de cerca de R\$ 8 bilhões por ano. A ideia é transferir a obrigação do pagamento para o empregador, que compensaria o gasto com deduções nos impostos. Além dessas “pedaladas” contábeis, haveria uma forte compressão dos gastos discricionários no ano que vem. Um dos instrumentos para isso é a aprovação de uma emenda ao dispositivo constitucional do teto de gastos, para permitir o disparo dos gatilhos que já são previstos em caso de descumprimento da regra, levando ao congelamento de salários e cortes de jornadas, entre outras medidas.

A avaliação de técnicos do governo é que, sem uma revisão de gastos, Bolsonaro não terá o programa que pediu — a não ser que “pedale” de forma discreta e palatável aos órgãos de controle. A outra opção para o presidente, segundo integrantes da equipe, é se contentar com um Bolsa Família ligeiramente maior.

ALERTAS DO ESTABLISHMENT

Um encontro virtual de ex-ministros, economistas e políticos em torno do ex-ministro Delfim Netto, organizado pela Sociedade Nacional de

Agricultura, expôs, semana passada, a grande preocupação do establishment com as incertezas que cercam a manutenção do teto de gastos e da política de austeridade fiscal com a criação do Renda Brasil — e a própria permanência de Paulo Guedes no governo. Não houve, entre representantes do setor produtivo e do mercado, uma só voz contrária à criação do programa de renda — o que, há alguns anos, seria inimaginável — mas a defesa de que ele precisa “caber no teto” foi unânime.

Delfim Netto alertou: “No primeiro momento em que se romper o teto, as expectativas vão sofrer uma mudança dramática. Voltaremos à hiperinflação.” Para ele, o valor dos pagamentos do Renda Brasil não pode passar de R\$ 300. “Se não tivermos a inteligência e a coesão social para enfrentar isso, com uma regra para o renda básica que caiba no orçamento, vamos entrar num sistema de absoluto descontrole”.

Ex-presidente do Banco do Brasil no atual governo e coordenador do debate, o economista Rubem Novaes questionou o risco de desorganização das contas públicas, observando que o presidente Jair Bolsonaro “parece estar gostando da popularidade” trazida pelos programas sociais. “Há um temor de que se perca o que foi conquistado até o momento em relação à baixa nas taxas de juros”.

O sempre discreto ex-ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira também expressou preocupação: “Estou vendo uma grande discussão sobre o montante do Renda Brasil. Repetir em tempo de normalidade os pagamentos emergenciais de R\$ 600, razoáveis em tempos muito difíceis como os que passamos, é absolutamente inviável. Escutamos também algumas fofocas sobre afastamento do ministro da Economia, o que no momento seria extremamente negativo. Tenho esperanças de uma melhoria na situação, mas acho, ao mesmo tempo, que há um risco muito alto.”

DELFINO CONECTADO

Aos 92 anos, Delfim Netto aderiu às *lives* e continua analisando a conjuntura com olhar agudo e observações afiadas. Impressões recentes:

“Essa semana vi o presidente (Bolsonaro) falar uma barbaridade sobre a proposta do Guedes de renda básica: ‘Esta eu não levo ao Congresso’. Ele não entendeu que não é para proteger quem ganha mais”

“Não creio que estamos preparados para realizar uma reforma tributária hoje. Essas propostas que estão aí não vão a lugar nenhum, precisam ser muito mais discutidas. Até porque reforma tributária não é coisa para economista, é para grandes tributaristas. No que temos que nos concentrar agora é na reforma do Estado. Esta é urgente”

“Essa proposta é muito interessante. Tem cara de CPMF, cheio de CPMF e dizem que não é CPMF. Então eu não entendo o que é. Mas parece que ela tem todos os defeitos da CPMF”.

“Ela é uma ministra sensacional. Estamos vendo a maior confusão, todo mundo brigando, mas a agricultura vai em frente, suavemente, deslizando. Há uma grande briga na sala, mas ela está lá no seu cantinho, tomando champanhe” (sobre a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina).

“O Trump nunca deu a menor confiança para o Bolsonaro, não deu nem uma balinha, nem um docinho para o Brasil. O que ele nos deu de benefícios? Nada. Vivemos uma desmoralização internacional, estamos abaixo de pau de galinheiro. Não muda nada” (sobre a possibilidade de vitória de Joe Biden nos Estados Unidos).

“O ministro Salles é uma tragédia. Mesmo quando faz a coisa certa, parece que está errada” (sobre o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles).

SÓ COM UM ACORDÃO

As articulações correm desenfreadas nos bastidores, mas ninguém hoje em Brasília é capaz de dizer se o plenário do STF vai enfrentar a Constituição para permitir que os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, sejam reeleitos para mais dois anos nos cargos. Sabe-se que, favoráveis, os ministros Gilmar Mendes, relator, e Alexandre de Moraes têm sondado colegas para tentar dar viabilidade à ideia. Alcolumbre tem trabalhado muito, e ostensivamente — quase tanto quanto Maia trabalha, só que discretamente, ainda mantendo a narrativa de que não é candidato.

A única coisa certa, para conhecedores do Supremo, é que a Corte só vai encarar o desgaste de uma nova interpretação duvidosa — que, para muitos, contraria de fato a Carta — dentro de um amplo acordo institucional entre Judiciário e Legislativo em nome da estabilidade do país. Sua motivação principal seria manter Maia à frente da Câmara, já que ele é visto por boa parte dos ministros, com quem tem boas relações, como um ponto de equilíbrio necessário para se contrapor aos arroubos do Executivo de Jair Bolsonaro. No fundo, o que todos temem é ter, a partir de fevereiro, um presidente da Câmara institucionalmente fraco e politicamente atrelado ao Planalto.

ADEUS, “NOVA POLÍTICA”

A queda do governador do Rio, Wilson Witzel, ainda terá muitos capítulos no plano judicial e político, mas, na visão de observadores, já produz impacto nos corações e mentes do eleitor. Sobretudo se somada aos problemas que outros governadores da safra bolsonarista de 2018 andam tendo com corrupção na saúde durante a pandemia, às peripécias da família Bolsonaro no caso Queiroz e também aos acordos do presidente da República com políticos do Centrão acusados na Lava-Jato e em outras

operações. O resultado dessa equação pode ser, para os especialistas, a fórmula mortal para acabar de vez com a narrativa que, nas últimas eleições, se chamou equivocadamente de “nova política” — o discurso que elegeu Jair Bolsonaro e tanta gente mais na mesma onda.

Ainda não é possível detectar se esse efeito já se fará sentir de maneira forte no pleito municipal de novembro, mas há indicativos de que o eleitor poderá ser mais cauteloso com o quesito experiência e conhecimento desta vez, se levadas em conta as primeiras pesquisas nas capitais. Por enquanto, políticos profissionais mais conhecidos vem se saindo melhor do que as “novidades” na largada. Caso, por exemplo, do ex-prefeito Eduardo Paes, no Rio, e dos atuais prefeitos Bruno Covas, em São Paulo, Alexandre Kalil, em Belo Horizonte, e Rafael Greca, em Curitiba.

UMA CAMPANHA ANIMADA

A movimentação da família Bolsonaro — que já teria até tido conversas com o agora governador em exercício, Claudio Castro — para influir na escolha do novo chefe do Ministério Público do Rio de Janeiro, que irá substituir Eduardo Gussem, provocou reação na categoria. Depois que Wilson Witzel apontou o dedo do presidente da República em seu afastamento, segundo ele justamente para evitar que nomeie o novo chefe da instituição que investiga o caso Queiroz, promotores do MP-RJ intensificaram a movimentação para apresentar na eleição interna três nomes fortes, com chapas completas. Com isso, esperam ter os três primeiros lugares da lista tríplice que será levada ao chefe do Executivo estadual em dezembro.

Diferentemente do que ocorre no Ministério Público Federal, cujo chefe pode ser escolhido fora da lista pelo presidente da República, no caso do MP-RJ, o governador — seja quem for — é obrigado pela

Constituição estadual a optar por um dos três nomes eleitos pelos promotores do Estado. A campanha vai pegar fogo nas próximas semanas.

DISPUTA EM TERRA ARRASADA

O afastamento de Wilson Witzel do governo do Rio redesenha o mapa do poder no estado. Há uma luta pela hegemonia em uma terra arrasada desde que a Lava-Jato pulverizou o MDB de Sérgio Cabral e do ex-presidente da Alerj Jorge Picciani. Grupos que já estiveram no comando disputam o espólio eleitoral no berço político da família Bolsonaro, o segundo maior colégio eleitoral do país, com reflexos para as eleições de 2022.

A turma de Witzel está desfalcada de um de seus principais articuladores, o Pastor Everaldo, presidente do PSC e um dos líderes da Assembleia de Deus, agora preso. Everaldo foi o padrinho político de Witzel e tinha comando sobre a distribuição e cargos entre aliados. O vice-governador Cláudio Castro, agora governador em exercício, fez carreira como assessor parlamentar no Rio. Também está envolvido no escândalo da manipulação de verbas orçamentárias da Alerj. Pouca gente acredita que vá herdar o cargo se o impedimento de Witzel for confirmado, porque também deverá ser alvo de processo para perda do mandato.

A aliança de ocasião entre a família Bolsonaro e Marcelo Crivella pode fortalecer a tentativa do prefeito carioca de buscar a reeleição, apesar da sua impopularidade elevada na pandemia. Dois dos filhos de Bolsonaro, o senador Flávio e o vereador Carlos, e a mãe deles, Rogéria Bolsonaro, se filiaram ao Republicanos, o partido de Crivella e da Igreja Universal do Reino de Deus. Flávio vinha percorrendo os principais municípios do estado, inaugurando obras ao lado de prefeitos, como Washington Reis, do

MDB (Duque de Caxias) — citado nas investigações do MP sobre o esquema de Witzel na Saúde.

A Assembléia, que foi dominada pela dupla Cabral-Picciani por mais de uma década, hoje é chefiada pelo petista André Ceciliano e está dividida entre 25 partidos — o PT tem apenas 3 dos 70 deputados. Oriundo da Baixada Fluminense, Ceciliano controla votos em diversos partidos, inclusive no MDB. Foi um aliado fundamental para Witzel — e um dos cabeças da distribuição ilegal de verbas revelada pelos procuradores. Também está no alvo do MP no caso das “rachadinhas”, com movimentação de R\$ 49,3 milhões no seu gabinete. Mais um na coleção de escândalos da política fluminense.

A LUTA PELA CAPITAL

O palco da primeira batalha da guerra pelo comando do Rio será a eleição municipal — se o hoje provável impeachment de Witzel não levar a um pleito ainda mais amplo. A aposta do governador afastado para a prefeitura do Rio era a ex-juíza Glória Heloiza Lima da Silva. Ele tentava projetá-la pela mesma trilha que seguiu, ao sair da magistratura para o governo sem antes ter enfrentado eleições. Há briga no PSC, porque o deputado bolsonarista Otoni de Paula também quer ser candidato. Se conseguir a indicação, Jair Bolsonaro terá mais um candidato na disputa, além de Marcelo Crivella.

O ex-prefeito Eduardo Paes, que administrou a cidade por oito anos, é um dos favoritos. Ele voltou ao DEM de Rodrigo Maia, e, se vencer, ajudará o partido a recuperar um território perdido desde que pai de Maia, Cesar, saiu da prefeitura. O DEM cresceu na Câmara Municipal, de cinco para sete vereadores, e hoje tem a maior bancada.

A esquerda, mais uma vez, não conseguiu se unir. O deputado Marcelo Freixo, do PSOL, desistiu. O partido vai às urnas com a deputada estadual Renata Souza. O PSOL se tornou força importante na capital, e hoje tem seis vereadores e cinco deputados estaduais. Fora do poder no estado desde 1999, o PT tenta chegar à prefeitura com a ex-governadora e hoje deputada federal Benedita da Silva. Como trunfo, o fato de ser a única governante fluminense viva que não teve problemas com a Justiça. O PDT fechou aliança com Rede e PSB e aposta na delegada (aposentada) e deputada estadual Marta Rocha, que já concorreu ao cargo.

Correndo por fora está o empresário Paulo Marinho, um ex-bolsonarista levado ao PSDB pelo governador paulista João Doria. Marinho é suplente de Flávio Bolsonaro no Senado e o acusa de ter recebido informações antecipadas sobre as investigações das “rachadinhas” na Alerj, que envolviam o gabinete do então deputado estadual na Operação Furna da Onça. Um *outsider*, Marinho entra na eleição para cumprir a tarefa de juntar as ruínas tucanas no Rio. Ganha, ainda, um palco privilegiado para seguir revelando o que sabe sobre a família Bolsonaro.

DEPOIS DAQUELA FOTO

Na campanha eleitoral de 2018, Wilson Witzel subiu num palanque na Cinelândia, centro do Rio. Com ele, Daniel Silveira, candidato a deputado federal, e Rodrigo Amorim, que concorria ao legislativo estadual. Enquanto urravam palavras de ordem contra o PSOL e pela eleição de Jair Bolsonaro, os dois seguravam pedaços da placa em homenagem a vereadora assassinada Marielle Franco, que haviam acabado de quebrar. A cena foi registrada e mostra Witzel de punho erguido, em sinal de aprovação à depredação. Dois anos depois, Witzel foi afastado do

governo do Rio. Amorim faz companhia ao governador nas 400 páginas do inquérito que apura irregularidades no governo. É citado por agir agressivamente para obter o controle de cargos na administração. Já Silveira é investigado pelo Supremo Tribunal Federal por incitação à violência contra opositores.

QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Pouca coisa avançou desde que a comissão mista da reforma tributária retomou os trabalhos, cerca de 40 dias atrás. Apesar de seus integrantes ainda tentarem passar algum otimismo sobre as chances de aprovação de uma proposta na Câmara ainda este ano, o tempo é curto e o debate foi atropelado pelo governo. A percepção geral é que a reforma emperrou de vez.

A anunciada disposição do ministro Paulo Guedes de criar um imposto sobre transações financeiras, a “nova CPMF”, e o projeto paralelo de unificação de PIS/Cofins embolaram um jogo que já era complicado. Há centenas de emendas a serem analisadas pelo relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e uma avalanche de críticas de diversos setores da economia que se julgam prejudicados com as mudanças. Entre elas, as da bancada do agronegócio, que reclama do fim da isenção tributária para as exportações.

Semana passada, o presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), João Martins, reclamou, dizendo que, se o projeto for aprovado, o setor passaria ser um exportador de tributos, não de produtos. “Não é possível”, afirmou. “Se a agricultura está dando dinheiro, é por causa da desvalorização cambial. A CNA contratou escritório de grandes

tributaristas para contestar isso. Não podemos pagar imposto em toda a cadeia de produção”.

SALLES NA FOGUEIRA

Ao suspender ações de combate ao desmatamento na Amazônia e às queimadas no Pantanal e levar uma bronca do vice-presidente Hamilton Mourão, Ricardo Sales adicionou mais gasolina à própria fogueira. O ministro do Meio Ambiente coleciona motivos para deixar o governo, mas resiste, com apoio de Jair Bolsonaro. Se perder o status de ministro, ficará vulnerável a eventuais ações judiciais. No cargo, abriu inúmeras frentes de conflito com sua política negacionista em relação às mudanças climáticas e à destruição da floresta e com o desmonte promovido na estrutura de fiscalização.

Salles foi condenado por improbidade administrativa, em 2018, pouco antes de assumir o cargo. Ele fraudou um processo do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Várzea do Rio Tietê, em 2016, quando era secretário do governo Geraldo Alckmin, em São Paulo. O julgamento em segunda instância deve ocorrer em alguns dias. Como o caso é anterior ao governo, segue na Justiça comum. Uma nova condenação, porém, pode ser o empurrão para Bolsonaro tirá-lo da equipe.


VALE A PENA FICAR DE OLHO TAMBÉM:

🕒 **No início da temporada de convenções partidárias para as eleições municipais, a partir desta segunda-feira.**


- 🎧 **Na proposta que o Sindifisco Nacional** vai apresentar ao Congresso para tributar lucros e dividendos, na segunda-feira.
- 🎧 **Na apresentação do texto substitutivo do senador Márcio Bittar** para as PECs do Pacto Federativo. A conferir se a proposta, prevista para terça-feira, incluirá a prorrogação do auxílio emergencial e outros projetos, até o Renda Brasil, que seria modificado pelo Congresso.
- 🎧 **Na audiência virtual de Paulo Guedes** na comissão mista que acompanha as medidas do governo para a pandemia, na terça-feira.
- 🎧 **Na divulgação do resultado do PIB** do 2º trimestre pelo IBGE, na terça-feira.

VEJA COMO ASSINAR O TAG REPORT


Já fez sua assinatura?
Saiba como e comece a semana bem informado




Acesse o site



Escolha o plano



Não precisa ter cadastro no PagSeguro
Caso não tenha, escolha Comprar sem cadastro



#TAG REPORT

www.tagreport.com.br